Ministério da Fazenda

ANC 88
Pasta 08 a 15
Abril/87
084

pag. 4 ANC ministério

Presidente prefere Funaro à anarquia do PMDB

12 ABR 1987

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney está determinado a manter Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, resistindo às pressões de uma percela do PMDB — especialmente dos governadores de São Paulo, Rio, Minas e Mato Grosso do Sul. Sarney entenderia que os defensores da saída do ministro reclamam da política econômica mas não oferecem soluções alternativas, criticam Funaro mas não dispõem de quadros para substituí-lo.

Segundo uma fonte do Palácio do Planalto, o PMDB, até hoje, não foi capaz de elaborar um programa econômico coerente, com a definição de metas quantitativas de médio e longo prazo e o desenho de uma estratégia de ajuste com começo, meio e fim. O último documento partidário que mais se aproxima de um programa foi divulgado pela Executiva Nacional no dia 14 de janeiro deste ano, durante uma reunião com os governadores eleitos pela legenda.

Esse documento, diz a mesma fonte, não passa de um mero enunciado de objetivos, de rigorosa obviedade, e que podem ser comuns a outros partidos e não somente ao PMDB. Seja como for, garante o informante, sem um programa alternativo completo e coerente, o PMDB não tem condições de criticar o governo. Até porque a equipe que hoje comanda a economia do País é integralmente composta por figuras do PMDB.

Como as principais figuras do PMDB no mundo acadêmico estão no governo, a queda de Funaro e de sua equipe poderia deixar o partido majoritário sem quadros para substituir o ministro da Fazenda. Na Constituinte, o deputado José Serra, ex-secretário do Planejamento de São Paulo, é o permanente ministeriável. Mas não há unidade do partido em torno do seu nome. A outra alternativa seria o ministro da Cultura, Celso Furtado, tido como uma espécie de arma secreta do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para a eventualidade da substituição de Funaro.

Fora desses nomes, a alternativa que resta é o retorno de João Sayad e equipe, uma hipótese remota pelas circunstâncias em que se deu sua exoneração. Ele teve seu programa de ação rejeitado pelo governo. Só voltaria com plena liberdade para implantá-lo.

Saída honrosa

Outras versões que circulam no Palácio do Planalto destacam que o presidente Sarney já estaria decidido a afastar Funaro do ministério e que o faria na Semana Santa. Mas a tomada de posição dos quatro governadores reunidos para pedir a cabeça do ministro da Fazenda (Quércia, Moreira Franco, Newton Cardoso e Marcelo Miranda) poderia retardar ou alterar esses planos.

Outra hipótese ainda é que o próprio ministro Dílson Funaro esteja preparando sua saída honrosa, ao anunciar que o Brasil não irá ao FMI (Fundo Monetário Internacional) enquanto ele estiver no Ministério da Fazenda. Funaro pode deixar o governo nos próximos dias e o Brasil dar início a uma rápida reaproximação com o Fundo, segundo interpretações de alguns assessores do presidente Sarney.

Informantes no Palácio do Planalto dizem que Sarney, para amaciar as reações, irá demitir Funaro durante a Semana Santa. Junto, também rolaria a cabeça de Marco Maciel, do Gabinete Civil. Mas ele não estaria disposto a remover Aureliano Chaves da Pasta de Minas e Energia.

Esse plano poderá ser retardado pela recente manifestação dos governadores reunidos em São Paulo. Há interpretações no Planalto que vêm nessa declaração conjunta dos governadores — contra Funaro, Aureliano e a política econômica atual — uma manobra estratégica para reforçar ao máximo a capacidade de influir nas decisões do governo federal. Antecipando-se a Sarney e já sabendo de seus planos, eles estariam agindo para fazer crer que o presidente da República estaria sendo manipulado pelas pressões, dando, assim, demonstração de fraqueza e falta de vontade política.

Por outro lado, o presidente tem sido aconselhado por seus assessores a tentar uma reaproximação com o FMI, a partir do pressuposto de que aquela entidade internacional estaria pronta a mudar sua imagem e métodos de ação para com os países devedores do Terceiro Mundo acs quais presta socorro. Segundo decla- rações do novo presidente do FMI, Michael Camdessis, o FMI está disposto a aceitar que os países endividados adotem programas de ajustamento econômico que não impliquem recessão, o que, ao contrário, garantam a continuidade do desenvolvimento.

Com esta mudança de óptica do Fundo — que se afina com a política econômica do Brasil e as declarações enfáticas de Sarney sobre a questão —, o País teria o caminho aberto para a reaproximação com a entidade. Que, ainda, acena com um novo acordo, onde o monitoramento seria feito através do envio de missões de técnicos brasileiros ao Fundo e envio ao Brasil não de missões do FMI (tão execradas pela opinião pública brasileira), mas do Banco Mundial (BIRD), que transmitiria os relatórios ao Fundo. A reaproximação com o FMI abriria as portas para a renegociação da dívida externa.

ESTADO DE SÃO PAULO